



Comunidade de  
Aprendizagem

**Este material foi elaborado pelos  
concluintes da certificação de formadores  
em Comunidade de Aprendizagem  
realizado em 2016.**

**TEMA: Modelo Dialógico de  
Resolução de Conflitos.**



Comunidade de  
Aprendizagem

# Desporjar-se e resilir-se

**Eljomara Germana Barros Pinto**

# Introdução

## DESPOJAR-SE

Escrever é como despir-se. Expor suas fraquezas exige muita força. Por isso, muitas vezes não estamos dispostos a esse exercício, pois se faz necessária uma grande confiança no outro. É como se entregar em uma bandeja. É encorajador e desencorajador. É filosófico. Saímos de nossas certezas e desbravamos o novo. Retornamos às nossas certezas, agora já não tão certas. É, no mínimo, incômodo. É aquele grão de ervilha, debaixo dos vinte colchões e das vinte almofadas.

Este *paper* é mais do que desafiador para mim, porque me desnuda, me exige, me tira de cima dos colchões que de alguma forma eram confortáveis, ou pelo menos, me davam menos trabalho: sobre eles, eu só tinha que me debruçar. Agora, tenho que descer, encontrar o grão, resgatá-lo e fazer algo com/por ele. Sim, agora sou responsável por esse grão de ervilha! Não posso simplesmente jogá-lo fora. Ele faz parte de minha história.

A dúvida que paira em mim é se o grão de ervilha é o que fui, ou o novo que descobri. Se o que me incomoda é a ingenuidade que me fazia acreditar que resolvia os problemas, ou a nova forma de resolvê-los.

# Desenvolvimento do trabalho

## RESILIR-SE

Em 2009, eu colhia relatos de história de vida de meninos que viveram em segregação absoluta. Viviam em um submundo, em situação de moradia nas ruas de Fortaleza. E eu, ali, ouvindo, sentindo-me absolutamente incapaz e completamente impotente diante de tantas situações que assolam muitas pessoas, diariamente. Sentia uma necessidade absurda de tornar tudo diferente. De acordar daquele pesadelo e ver pessoas em paz. Lembrava-me de uma frase que uma grande amiga levava consigo: pobreza não gera violência, desigualdade, sim.

Vi no rosto daqueles meninos algo quase indecifrável. Parecia um desejo de viver; misturado com uma insatisfação com o mundo. Yuri me contava das suas idas e vindas para casa e de como entrava às escondidas em sua residência, quando lá já não era bem-vindo, destelhando a casa para conseguir entrar. Clayton contava o que fazia na rua contra seus rivais, e aos nove anos, tinha um sorriso de um adulto sem culpa. Senti um choque tão grande que fui enlaçada pela angústia, senti pena e me machuquei. A ausência machuca. A ausência de respostas é veneno para a alma. Suga energia e coloca-nos em um emaranhado de sentimentos, como um labirinto escuro e sujo.

Esses meninos são os alunos que tive cinco anos depois. São os mesmos, gritando por socorro. Gritando pelos corredores da escola. Gritando e batendo e ofendendo e dilacerando, pixando, riscando, rasgando, agredindo. São eles mesmos, não pude novamente. Não fiz, novamente. Agora, me vem à mente a docilidade de Roseli dizendo: “Se perdoe, se respeite, respeite seus limites. Não deu.” É, não deu... um dia dará.

Na escola, deparei-me com mais de mil e cem alunos matriculados, num bairro subjugado, com índices de violência e homicídio contra crianças e adolescentes em níveis assombrosos e tráfico de drogas

em nossa porta. Qual foi a estratégia? Dialogicidade? Não, disciplina e, no máximo, a tentativa de mediação. Vi a gestão da qual participei durante quase dois anos no Caderno Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos. E como doeu.

Fui lendo o que parecia mais uma técnica que eu iria aprender para desempenhar melhor meu trabalho. Mas, não foi isso que encontrei. O que li foi algo além, foi algo nada parecido com o que já havia lido em todos os estudos técnicos das minhas formações em Serviço social, Letras, Gestão Pública, nos cursos, na vida. Estava contido ali, tudo o que sempre sonhei, tudo o que estava guardado no recôndito do meu ser: Eu agora não era mais uma simples espectadora, eu era uma criança, era a protagonista. E me transpus para os lugares e situações que me haviam imposto o reconhecimento de uma postura ilegítima como a mais correta e coerente. Onde me ensinaram que os adultos sabem mais, eles sabem tudo. Senti que os que massacram têm o poder e eu só deveria aceitar essa condição. Desloquei-me até momentos em que fui exposta, em que fui de alguma forma ridicularizada, destrutada, amedrontada. Eu estava ali, naquele ponto. No lugar onde se poderia ter sido oportunizado um diálogo igualitário, uma tentativa de resolução de conflitos inteligente e íntegra.

No decorrer da leitura do caderno, fui identificando, agora como adulta e profissional, as práticas recorrentes na escola da qual eu advinha, práticas do modelo disciplinar. Fui me inquietando de tal modo que, ao final da leitura, não pude mais permanecer incólume na cadeira. Já tinha me posto de pé, como se pudesse encontrar uma porta no tempo. E me perguntava: onde aquela garotinha teria se perdido? Através dessa perturbadora indagação que assolava meu coração e me deixava angustiada, senti a necessidade de aceitar o que não havia mais como mudar. E através dessa aceitação me trabalhar para um futuro diferente e desafiador. Foi assim que o termo resiliência foi fazendo sentido em minha vida. Segundo Celso Antunes:

*Representa a capacidade de resistência a condições duríssimas e persistentes e, dessa forma, diz respeito à capacidade de pessoas, grupos ou comunidades, não só de resistir às adversidades, mas de utilizá-las em seus processos de desenvolvimento pessoal e crescimento social. (ANTUNES, 2013, p. 13).*

Mas não foi fácil resilir-me, pois sentia-me muito entristecida e frustrada. O pior foi sentir que o que deveria ter sido feito de verdade na escola sempre esteve em meu coração. Eu sabia que tinha algo de errado na tentativa de solucionar os problemas com indisciplina na escola, pois eles não tinham resolução positiva. Era gradativo, processual e inevitável: o aluno iria comportar-se mal, não seguiria as orientações dos professores, não se adequaria às regras, seria excluído de sala, teria uma conversa na coordenação, iria reincidir, seria suspenso das aulas, seriam convocados os responsáveis, aconteceria três vezes a suspensão das aulas e ele seria, por fim, expulso da escola, ou, como se dizia, “transferido para outra escola em que ele se encaixasse melhor”, realmente “encaixar” seria a melhor definição. Ou, o aluno agrediria outro fisicamente, e como estava escrito no regimento: agressão física era motivo para transferência. Sinto, agora, ao escrever esse parágrafo, uma espécie de “culpa compartilhada”. Mas, acredito que não se deve procurar culpados mas, sim, soluções. E agora, dias depois de ter iniciado meu texto, já me sinto mais otimista. Entendo que crescemos a cada dia, estamos em constante aprendizado e não somos mais os mesmos de ontem. Como diria Paulo Freire (1997):

*Esta é a razão pela qual não são as “situações-limites” em si mesmas geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham delas num dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar. No momento em que a percepção critica e instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a empenhar-se na superação das “situações-limite”.*

Na escola supracitada, a gestão era pautada majoritariamente nos moldes do modelo disciplinar; baseado em hierarquias e no poder da autoridade. Um modelo unilateral, vertical e taxativo em avaliar os alunos como agressivos e desrespeitosos. Embora tentasse lidar com conflitos na escola, evitando-os através das regras e da mediação, na realidade, acabava somente punindo os alunos que não as cumpriam. Mesmo imbuídos de um diálogo, os discursos já estavam prontos: respeito, amizade, união. Como fazer que esses sentimentos partissem do aluno e não da gestão? Enquanto isso não acontecesse, não haveria possibilidade real de transformação. As normas da escola eram estabelecidas verticalmente, não por maldade, mas porque sempre foi assim. Reuniões para estabelecer regras junto aos

pais, alunos, professores e demais funcionários amplamente divulgadas não existiam, pois não havia o conhecimento a respeito do Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos. Não se conhecia essa prática que evita que os conflitos ocorram, partindo dos próprios membros da comunidade escolar, dos seus anseios e necessidades. No máximo, existiam reuniões dos organismos colegiados da escola que definem, alteram ou ratificam as regras. Analisando essas atitudes, lembro-me de Paulo Freire (1997) quando diz que “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar”. É isso que entendo que faltou ao nosso olhar; a busca de uma problematização que exigisse uma nova forma de enxergar conceitos e categorizações que muitas vezes rotulam e exigem, mas não são profundamente capazes de gerar reflexão.

Retomo uma fala do Paim – Consultor do Projeto Comunidade de Aprendizagem, no VI Encontro Internacional de Comunidade de Aprendizagem –, na qual ele dizia que, para mudar a escola, nós precisamos primeiramente mudar a nós mesmos. E me pergunto que tipo de profissionais nós estamos sendo. Se nossa formação foi em escolas que tinham o modelo disciplinar como norteador das decisões, como replicamos se não o mesmo modelo? Da mesma forma os pais, e até mesmo os alunos o replicam. Eles reproduzem o discurso de que “a gestão não faz nada” e “não toma providências”, quando descobrem que houve um diálogo com o aluno e o compromisso firmado com ele. Os pais e alunos, após algum incidente na escola, procuravam curiosos a gestão e perguntavam: “o aluno foi expulso? Isso é caso de expulsão! Vocês o suspenderam por quantos dias?”.

Creio que exista um modo de sairmos dessa situação de “mais do mesmo”, mas ele exige uma atitude dolorosa de experimentar o novo, de sair da zona de conforto que sempre nos deu respostas prontas para tudo. Mudar implica arriscar. Arriscar sair da caverna é encarar o inesperado e isso é realmente uma experiência muito ousada. “Vamos ficar aqui mesmo...”.

Depois de ler a respeito do modelo disciplinar, fui desbravar o segundo modelo apresentado: o mediador. Compreendo que ele possui características bastante positivas, pois ao invés de punir pura

e simplesmente quem transgrediu as regras, busca ouvir as partes envolvidas para se obter um denominador comum. Porém, esse denominador comum é, geralmente, sugerido pelo próprio mediador, o que não traz uma real tomada de consciência por parte dos envolvidos que acabam aceitando a solução para que a roda de diálogo se dissipe. Outro problema é que o modelo mediador muitas vezes só se efetiva após a ocorrência do conflito, frequentemente não trabalha sistematicamente na escola com a prevenção.

Apesar de termos características do modelo disciplinar, tentávamos, a duras penas, seguir o modelo mediador. Chamávamos os pais, procurávamos conversar, mas acabávamos adentrando em situações de vulnerabilidade social que não podiam ser sanadas por nós e que faziam parte da realidade dos alunos fora da escola. A realidade tornava-se mais forte do que toda tentativa de influência que a escola como um todo procurava exercer sobre os alunos. Tínhamos professores oriundos do bairro, tentávamos realizar movimentos na escola que atingissem aos alunos, mas observávamos que, por mais que tentássemos, havia alunos que recorrentemente estavam gritando, gritando e gritando.

Chamar a comunidade para dentro da escola seria um risco. Tínhamos problema de território, então muitos alunos, principalmente do turno da noite, faltavam meses consecutivamente, por não poderem atravessar algumas ruas do bairro, sob o risco de serem assassinados. A escola, anos antes de eu participar do núcleo gestor, havia sido palco de um assassinato bem no meio da quadra. Em um dia de “escola aberta”, um projeto que abria a escola aos fins de semana para a comunidade. Tudo isso tornava as ações da escola frágeis e vulneráveis. Precisávamos de uma rede fortalecida que envolvesse escola, posto de saúde, Caps, movimentos comunitários e sociais. Conseguíamos algumas ações, mas com aquele volume de alunos matriculados, três coordenadores e um diretor, um acompanhamento personalizado tornava-se impraticável. E foi assim que fomos “transferindo” os alunos, “moralizando” a escola, fazendo-a ser conhecida pela organização, e por não deixar que ninguém “avacalhasse” o trabalho sério proposto por ela. Enxergo isso como uma espécie de autoproteção, um artifício usado para que a escola fosse vista com respeito pela comunidade.



Como um lugar em que o aluno vai para aprender, e onde quem não quer aprender não tem vez. O que não sabíamos, nós todos, desde o profissional da escola até a comunidade escolar, é que segregar não é conquistar, que excluir não é vencer. Atingir altas expectativas em meio a situações degradantes do ser humano é que é a grande questão, e isso tornar-se-ia possível com apoio do Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos. Tornar a escola forte, a comunidade forte pode ser um movimento de transformação da realidade, posto que efetiva a conscientização e a participação das pessoas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Depende de todos, depende de uma série de fatores que poderão dar subsídio às ações, mas depende também dessa transformação tão necessária para passarmos a nos enxergar como agentes transformados e transformadores. Recorro ao Caderno de Aprendizagem Dialógica quanto ao Princípio da Transformação que assim se conceitua na promoção de interações transformadores que:

*[...] possibilitem mudanças nas próprias pessoas e nos contextos em que vivem. A educação não deve restringir-se a uma acomodação à realidade social de cada um, mas atuar como agente transformador dessa realidade. Quando as interações se baseiam no diálogo igualitário, tornam-se ferramentas de uma grande conquista social: a superação das desigualdades. (INSTITUTO..., [s.d.]*

# Considerações finais

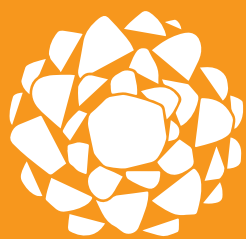
Essa é minha visão atual, subjetiva e limitada. Talvez, daqui a um tempo, não seja mais isso que sinto, ou desse modo que eu enxergue. Talvez se eu tivesse escrito há um ano, não fosse assim que eu descreveria os fatos. Mas, é assim que eles se mostram para mim. É com esse viés que se clarificam diante de mim, como o mar voltando a ter cor depois de um jato de tinta preta lançado por um polvo que quer confundir possíveis predadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. *Alfabetização emocional: novas estratégias*. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO Natura. *Comunidade de Aprendizagem*. Disponível em: <[www.comunidadeaprendizagem.com](http://www.comunidadeaprendizagem.com)>. Acesso em: 14 maio 2017.



**Comunidade de  
Aprendizagem**

[www.comunidadeaprendizagem.com](http://www.comunidadeaprendizagem.com)